

Autorização concedida a Biblioteca Central da Universidade de Brasília pelo editor da Verbena Editora, em 03 de dezembro de 2020, para disponibilizar, gratuitamente, o livro Proeja-Transiarte: construindo novos sentidos para a educação de jovens e adultos trabalhadores para fins acadêmicos e não comerciais (leitura, impressão e/ou download) a partir desta data. A obra continua protegida por Direito Autoral e/ou por outras leis aplicáveis. Qualquer uso da obra que não o autorizado sob esta licença ou pela legislação autoral é proibido.

REFERÊNCIA

CASTIONI, Remi. Educação e inserção ocupacional no Distrito Federal e na Região Administrativa de Ceilândia: lócus do PROEJA-Transiarte. In: TELES, Lucio; CASTIONI, Remi; REIS, Renato Hilário dos (org.). **PROEJA-Transiarte: construindo novos sentidos para a educação de jovens e adultos trabalhadores**. Brasília: Verbena Editora, 2012. p. 53-75. Disponível em: <http://www.forumeja.org.br/df/node/2932>. Acesso em: 18 dez. 2020.

PROEJA-Transiarte

Construindo Novos Sentidos para a Educação
de Jovens e Adultos Trabalhadores

Autores: Aline Zim, Amanda Ayres, Danielle Estrela, Dorisdei V. Rodrigues, Fausta Couto Porto, Francinete Pires de Souza Oliveira, Julieta Borges Lemes, Manoel Jevan, Mara Franco de Sá, Maria Luiza Pereira Angelim, Michelangelo H. Bezerra Lima, Meire Cunha, Rita Carolina Vereza Bruzzi e Tatiana Rossela.
Organizadores: Lucio Teles, Remi Castioni e Renato Hilário dos Reis



VERBENA
EDITORA

PROEJA-Transiarte

Construindo Novos Sentidos para a Educação
de Jovens e Adultos Trabalhadores

PROEJA-Transarte

Construindo Novos Sentidos para a Educação
de Jovens e Adultos Trabalhadores

VERBENA
EDITORA

Brasília, 2012

Copyright © 2011 by Lucio Teles, Remi Castioni, Renato Hilário et all.

Todos os direitos reservados aos autores. Direitos desta edição reservados a Verbena Editora. Este livro pode ser armazenado em dispositivos particulares de armazenagem eletrônica, reproduzido por meio eletrônico e impresso para uso pessoal. Exemplar não comercializável. Os textos podem ser utilizados, em parte ou completamente, para fins didáticos e/ou de pesquisa desde que citada a fonte.

Revisão: Fabiano Cardoso

Capa: Dorisdei Rodrigues/Figuramundo

Projeto Gráfico e Diagramação: Figuramundo

VERBENA EDITORA

Editores:

Benicio Schmidt

Arno Vogel

Editores Associados:

Ana Maria Costa

Antonio E. Guerreiro de Faria Jr.

Maurício Dias David

Conselho Editorial:

Santiago Alvarez (Argentina)

Eleonora Menicucci

Luiz Carlos de Lima Silveira

Ivan Quagio

Mary Allegretti

Lia Zanotta Machado

Tarso Mazzotti

Marco da Silva Melo

Lacir Jorge Soares

Geniberto Paiva Campos

Hermes Zaneti

Paulo Amarante

Abílio Baeta Neves

Ivanisa Teitelroit Martins

Direção Executiva:

Cassio L. Werneck

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Maria Solange de Oliveira Pereira Fierro – CRB: 3217/8ª

P964 Projeja-transiarte: construindo novos sentidos para a educação de jovens e adultos trabalhadores. / Renato

Hilário, Remi Castioni, Lucio Teles, organizadores. -- Brasília: Verbena, 2012.

228p.

ISBN 978-85-8003-011-2

1. Educação 2. Educação de jovens e adultos 3. Projeja 4. EJA 5. Ceilândia 6. Transiarte 7. Brasília 8. Brasil I. Hilário, Renato (org.) II. Castioni, Remi (org.) III. Teles, Lucio(org.) VI. Título

CDD 370

Direitos desta edição reservados para VERBENA EDITORA LTDA
SRTV/Norte – Qd. 701 – Sala 3030 – CEP 70.719-900
www.verbenaeditora.com.br

VERBENA
EDITORA

CAPÍTULO 3

Educação e Inserção Ocupacional no Distrito Federal e na Região Administrativa de Ceilândia: Lócus do PROEJA-Transiarte.

Remi Castioni

A estrutura ocupacional brasileira sofreu profundas transformações recentes, desde a abertura da economia dos anos de 1990 até os nossos dias. Até então o País incluía, pelo trabalho, um contingente enorme da população brasileira. Estima-se que entre 40 anos, entre 1940 a 1980, 35 milhões se deslocaram do campo para a cidade em busca de um posto de trabalho nos grandes aglomerados urbanos e na pujante economia industrial, fruto do processo de constituição da Segunda Revolução Industrial. Como tardiamente o Brasil ingressa na Terceira Revolução Industrial e o faz num período de reorganização dos blocos econômicos, a chamada globalização impõe um efeito reverso ao Mundo do Trabalho, com o processo de abertura da economia e a desestruturação de diversas cadeias produtivas.

Os anos de 1990 vão assistir a um processo de regressão do emprego e de direitos sociais, revelados pela inserção precária dos trabalhadores. Enquanto em 1940, apenas 30% dos trabalhadores eram registrados, no início dos anos 1980, esse índice atingiu 70%. A taxa de assalariamento também passou de 42% a 73% impulsionada com o desempenho da economia que, nesse período (1945-1980), cresceu a um índice médio de 7% ao ano (Pochmann, 2001). Nos anos de 1990, entretanto, 80% dos novos postos de trabalho são criados sem a presença da Carteira de Trabalho. Esse processo fez aumentar a crença de que os problemas do emprego eram provocados pelo lado da oferta, ou seja, os trabalhadores com sua baixa qualificação é que não estavam permitindo tirar proveito das novas chances abertas pela globalização (Castioni, 2010).

A alternativa seria a elevação da escolaridade e a obtenção de conhecimentos em cursos rápidos de qualificação profissional como forma de fazer frente a esse processo de mudança estrutural da economia brasileira. Assiste-se nesse período a uma total desobrigação por parte do Estado, transferindo aos indivíduos a criação de oportunidades, como se eles pudessem determinar os rumos e os limites da sua contratação. O resgate da Teoria do Capital Humano ganhou força e tornou-se corrente a opinião de que são os indivíduos possuidores de habilidades e competências que determinam o seu uso, quando se sabe que eles são determinados dados os limites da composição orgânica do capital.

Os dados mostraram, posteriormente, que nem mesmo o aumento da escolaridade fez arrefecer esse processo, cujos dados indicavam que a população jovem, entre 15 a 24 anos, mais escolarizada que a geração anterior em fins dos anos do século XX, representava 25% do total da população economicamente ativa, mas era responsável por 50% do desemprego nacional (Pochmann, 2004). Essa situação somente veio a ser reduzida a partir do ano de

2003, quando um cenário internacional mais favorável e decisões de preservar a economia brasileira, desenvolvendo o seu mercado interno, deram novas perspectivas da inserção ocupacional aos trabalhadores. Não é por menos que, entre o ano de 2003 a 2010, o Brasil criou 15,3 milhões de empregos com carteira de trabalho.

O resultado é que o Brasil chegou ao final da primeira década do século XXI, em melhores condições. Entretanto, como bem observa o IPEA (2011, p. 225-6), o mercado de trabalho brasileiro em que pese tenha reagido bem à crise internacional e gerado empregos, revertendo a situação de décadas anteriores e ainda avançado sobre a formalização das relações de trabalho, apresenta ainda

(...) persistência da desocupação em patamares elevados para certos grupos sociais, bem como a acentuada heterogeneidade das ocupações disponíveis, seja em relação às condições de trabalho e de remuneração, seja em termos de acesso a direitos trabalhistas e previdenciários. Em outras palavras, o mercado laboral está a perpetuar vários problemas estruturais, que respondem por parcela das desigualdades econômicas e sociais verificadas no país (IPEA, 2011).

O Distrito Federal e seu desenvolvimento

O Distrito Federal é uma unidade federada pequena se comparada às demais unidades do Brasil. Seu território político-administrativo, com área de 5.801,9 km² é quatro vezes menor que o estado de Sergipe, que por sua vez é o menor Estado do Brasil. Com uma população de cerca de 2,6 milhões de habitantes, o DF tem uma densidade demográfica de 449 hab/km², quase cinco vezes mais a relação encontrada no menor estado da Federação. É a maior densidade demográfica do Brasil, superior à do Rio de Janeiro, que é de 366 hab/Km². Ou seja, o Distrito Federal concentra uma grande população num território pequeno e onde 97% residem na área urbana.

O Distrito Federal continua sendo a unidade da federação com maior PIB per capita (por habitante). Com um valor de R\$ 50.438,46, o PIB per capita do Distrito Federal é quase duas vezes maior do que o de São Paulo, que aparece na segunda colocação no ranking nacional (R\$ 26.202,22). O Distrito Federal saltou da oitava para a sétima economia do Brasil, com Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 131,5 bilhões em 2009, último dado disponível. O PIB por habitante da capital federal é três vezes maior do que a média nacional (R\$ 16.917,66) e oito vezes maior do que o do Piauí (R\$ 6.051,10), o último colocado no ranking nacional deste tipo de indicador.

Além do maior PIB per capita, influenciado pelo setor público, o DF tem o maior IDH, de 0,844 em relação ao do Brasil, de 0,813 (PNUD, 2009). Tem indicadores sociais e de saúde de melhor qualidade que a média brasileira, como a taxa de analfabetismo que, segundo os dados do Censo de 2010 é de 3,5%, contra a média nacional de 9,6% (para maiores de

15 anos). Entretanto, tem uma distribuição de renda altamente concentrada, revelada pelo Coeficiente de Gini de 0,63 contra 0,55 do Brasil, em 2008; sendo que no DF essa concentração permaneceu constante nos últimos anos, ao contrário do Brasil, que reduziu-se de 0,60 para 0,55, mostrando que as tendências recentes verificadas no Brasil de diminuição da desigualdade permaneceram intactas aqui.

Um dos fatores deve-se à elevada dependência da estrutura econômica da cidade, que está quase que exclusivamente assentada no setor terciário, responsável por 93% do PIB local, com destaque absoluto para o setor público, compreendendo a administração pública e os serviços públicos. O setor público é responsável por mais da metade do PIB distrital, mas representa apenas um quinto da ocupação.

O Distrito Federal atraiu, desde os primórdios do seu cinquentenário, contingente enorme da população, que gravitou em torno do setor público. Foi com base na massa salarial do setor público que se deu o forte incremento no comércio, na construção civil e nos serviços, particularmente os serviços pessoais do DF. No Distrito Federal há uma dependência muito grande na ocupação por parte do setor público. Entretanto, com as políticas neoliberais e de redução do tamanho do Estado, colocadas em prática a partir dos anos de 1990, esgotou-se a capacidade do setor público de continuar funcionando como propulsor do crescimento econômico local. Enquanto a população economicamente ativa (PEA) cresceu 88,7% entre 1992 e 2009 e a ocupação total cresceu 87,4% no mesmo período, o contingente ocupado no setor público cresceu apenas 31,7%. Dessa forma, sua participação no total do pessoal ocupado caiu de 31,6% em 1992 para 22,2% em 2010, segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) do DF.

Aliado ao baixo dinamismo do setor público na geração de empregos, outro fator contribuiu para a redução de oportunidades do mercado de trabalho do Distrito Federal. A manutenção de um vigoroso fluxo migratório para a área metropolitana de Brasília, estimado em torno de 50 mil/ano, tem sido um fator de pressão constante sobre o mercado de trabalho local. O crescimento populacional no Distrito Federal, da ordem de 2,79% a.a. nos últimos 17 anos, resultou em um crescimento da PEA de 3,81% a.a., reflexo da maior incorporação ao mercado de trabalho de alguns segmentos da população como os jovens e as mulheres. Isso tem provocado uma tensão sobre a taxa de desemprego medida na disponibilidade das pessoas que migram para Brasília e se fixam nas suas regiões administrativas. Ao se lançarem ao mercado de trabalho para disputarem postos de trabalho, que cada vez mais exigem elevada escolaridade, o resultado é a elevação da taxa de desemprego, que se mantém num patamar elevado se comparada com outras regiões do País. Em 2010, por exemplo, a taxa de desemprego em Brasília foi de 13,6% contra 11,9% em São Paulo, segundo a Fundação SEADE/DIEESE e realizada em Brasília por um convênio com a Secretaria do Trabalho e a Companhia de Planejamento do Distrito Federal – CODEPLAN.

A contratação no setor público exige, na maioria dos cargos, a conclusão do ensino médio e, em larga medida, do título de ensino superior. Com isso, contingente enorme da população que se fixou nas regiões administrativas do Distrito Federal tem dificuldades de se inserir nos

postos criados, além de serem poucos. Mesmo no setor privado, onde determinados postos de trabalho não requerem níveis de escolaridade elevada se utilizam dessa exigência como barreira de entrada e, com isso, pagar salários menores a trabalhadores com melhor escolaridade.

A situação do emprego na região de influência da ação do PROEJA-Transarte

Os dados a seguir foram processados tendo por base um recorte populacional que vem sendo consagrado nos estudos recentes sobre juventude no Brasil (Novaes, 2007 e Sposito, 2003), a população entre 15 a 29 anos. Também, conforme introdução do termo jovem que se firmou com a Proposta de Emenda Constitucional nº 42/2008, inserido no Capítulo VII da Constituição Federal, que trata dos Direitos e Garantias Fundamentais, a exemplo do que já ocorre com as crianças, adolescentes e idosos. A partir da PEC, tramita no Congresso Nacional, o Projeto de Lei 4.529 de 2004, que institui o Estatuto da Juventude. Em que pese a população-alvo do PROEJA não ser necessariamente de jovens, os dados demonstram a importância da escolaridade como forma de ingresso no mercado de trabalho tanto para jovens como de adultos trabalhadores. A julgar que cada vez mais a população juvenil tem sido deslocada para a EJA é de se supor que o presente recorte temporal utilizado desde o início de 2006 tem algum fundamento. Nesse sentido considerou-se como marco zero do projeto o ano em questão e o ano de 2010, último dado disponível das pesquisas e que coincide com o último ano do projeto. Utilizando-se da base de dados primárias da Pesquisa de Emprego e Desemprego do DIEESE/SEADE, buscou-se entender a dinâmica de inserção ocupacional do Distrito Federal.

Quadro 1: População de jovens e população total no Distrito Federal por nível de escolaridade, em 2006

Escolaridade	Distrito Federal				
	15 a 17	18 a 24	25 a 29	Total Jovens	Pop. Total
Total	119.770	351.084	231.076	701.930	2.298.531
Sem Declaração	125	625	728	1.478	259.319
Analfabeto	696	2.215	1.893	4.804	83.459
Sem Escolaridade	24	72	76	173	101.717
Ensino Fundamental Incompleto	41.232	56.155	48.725	146.112	616.475
Ensino Fundamental Completo	29.461	37.967	22.441	89.869	203.250
Ensino Médio Incompleto	42.124	51.409	16.818	110.351	149.969
Ensino Médio Completo	6.011	137.752	83.286	227.049	495.458
Ensino Superior Incompleto	97	51.243	21.933	73.273	106.314
Ensino Superior Completo	-	13.646	35.175	48.821	220.323

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego – DF. Convênio: SEDEST-GDF/DIEESE/FSEADE-SP, 2006. Elaboração: Projeto PROEJA, a partir de tabulação especial DIEESE.

Quadro 2: População de jovens e população total no Distrito Federal por nível de escolaridade, em 2010

Escolaridade	Distrito Federal				
	15 a 17	18 a 24	25 a 29	Total Jovens	Pop. Total
Total	131.333	345.610	257.835	734.779	2.545.941
Sem Declaração	-	(1)	(1)	(1)	215.796
Analfabeto	(1)	(1)	(1)	4.798	107.192
Sem Escolaridade	(1)	(1)	-	(1)	125.768
Ensino Fundamental Incompleto	35.446	36.721	31.708	103.875	628.617
Ensino Fundamental Completo	40.475	30.770	19.879	91.125	221.135
Ensino Médio Incompleto	48.073	45.581	16.011	109.666	153.912
Ensino Médio Completo	6.417	146.803	104.171	257.391	622.561
Ensino Superior Incompleto	(1)	63.024	28.406	91.592	136.661
Ensino Superior Completo	(1)	20.117	55.254	75.396	334.301

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego. Convênio: SETRAB-GDF/CODEPLAN/SEADE-SP-DIEESE, 2010. Elaboração: Projeto PROEJA, a partir de tabulação especial DIEESE.

(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Os dados dos quadros acima mostram a evolução da distribuição da população nos anos de realização do projeto e corroboram com as afirmações dos parágrafos anteriores. Enquanto a população total do Distrito Federal, estimada pela pesquisa, teve um crescimento de 10,76% no período, equivalendo a uma taxa de 2,59% anual, o maior crescimento foi observado entre os jovens com ensino superior completo, cuja taxa de crescimento no período foi de 54,43%, o equivalente a uma variação relativa anual de 11,48%, acima da faixa da população total que foi ligeiramente inferior, de 10,99%.

Quadro 3: Evolução relativa da população de jovens e população total no Distrito Federal por nível de escolaridade, entre 2006 e 2010

Escolaridade	Distrito Federal					Cresc Anual	
	15 a 17	18 a 24	25 a 29	Jovens	Total	Jovens	Total
Total	9,65	-1,56	11,58	4,68	10,76	1,15	2,59
Sem Declaração	-	(1)	(1)	(1)	-16,78		-4,49
Analfabeto	(1)	(1)	(1)	-0,11	28,44	-0,03	6,46
Sem Escolaridade	(1)	(1)	-	(1)	23,65		5,45
Ensino Fundamental Incompleto	-14,03	-34,61	-34,92	-28,91	1,97	-8,18	0,49
Ensino Fundamental Completo	37,39	-18,96	-11,41	1,40	8,80	0,35	2,13
Ensino Médio Incompleto	14,12	-11,34	-4,80	-0,62	2,63	-0,16	0,65
Ensino Médio Completo	6,75	6,57	25,08	13,36	25,65	3,19	5,88
Ensino Superior Incompleto	(1)	22,99	29,51	25,00	28,54	5,74	6,48
Ensino Superior Completo	(1)	47,42	57,08	54,43	51,73	11,48	10,99

Pesquisa de Emprego e Desemprego. Convênio: SETRAB-GDF/CODEPLAN/SEADE-SP-DIEESE, 2010. Elaboração: Projeto PROEJA, a partir de tabulação especial DIEESE.

(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

A situação das escolas na região de influência da pesquisa

As escolas que foram objeto da ação da pesquisa estão localizadas em uma área densamente habitada do Distrito Federal, a Região Administrativa de Ceilândia. A Escola Técnica de Ceilândia, fundada em 1982, atua na oferta de cursos básicos e técnicos de educação profissional e o Centro de Ensino Médio (CEM 03), na oferta de ensino médio e EJA.

A ETC/CEP sofreu uma ampliação no início do ano de 2000 com recursos do Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP), do Ministério da Educação, o que lhe permitiu adequar sua estrutura física e de equipamentos nas áreas de serviços (serviços pessoais: manicuro-pedicuro), construção civil (elétrica residencial e marcenaria), indústria (corte e costura) e mecânica de automóveis. Além de oferecer estes cursos básicos, hoje inseridos na

modalidade de Formação Inicial e Continuada (FIC), a escola oferece dois cursos técnicos de sistema de informações e de gestão empresarial, inclusive foi precursora do PROEJA, na modalidade a distância, oportunizado pelo Sistema Escola Aberta do Brasil (e-TEC Brasil) (Nascimento, 2011). Entretanto, a oferta de cursos é muito reduzida. Os dados do Censo Escolar de 2006 revelavam na ETC 531 matrículas e no CEM 03, 1.801 matrículas na modalidade EJA nos 3 segmentos e, ainda, 607 matrículas somente de ensino médio. No ano de 2010 não foi possível obter estes mesmos dados por escola, mas observa-se, pelos dados do Censo Escolar, que houve uma redução nas matrículas da educação profissional para 320 educandos em todo o DF. Já para as matrículas de EJA, os dados da Regional de Ensino de Ceilândia apontaram uma redução no período considerado de 1,4 mil matrículas, que passaram de 10.835 para 9.434.

A Pesquisa de Emprego e Desemprego no DF registrou entre 2006 e 2010, na Ceilândia, uma população oscilando entre 406 a 442 mil habitantes. A participação da população da Ceilândia no total do Distrito Federal oscilou ligeiramente de 18% para 17%. Considerando-se a faixa etária de 15 a 29 anos, como sendo de jovens, o DF tinha nessa faixa etária, 28% da sua população, em 2010 (eram 31% da população em 2006). A proporção de jovens residindo na Ceilândia sobre o total de jovens do Distrito Federal decresceu de 18% para 16% no período considerado.

Na Ceilândia, reduziu-se em termos absolutos o número de jovens entre 15 a 29 anos, que não tinham o ensino médio completo e incompleto. Ocorreu uma redução de 10 mil jovens que cursavam o ensino fundamental e praticamente dobrou os que têm o ensino superior completo ou que estavam cursando o ensino superior. Isto mostra que houve uma transição do nível básico para o nível superior. Entretanto, em relação ao Distrito Federal como um todo, o percentual dos que têm até o ensino fundamental é de 30% dos jovens na Ceilândia, contra 26% do Distrito Federal. Já entre os que têm o ensino superior a situação se inverte, 10% dos jovens de Brasília têm esse nível concluído contra 6% de Ceilândia.

Quadro 4: População de jovens e população total na Ceilândia por nível de escolaridade, em 2006

Escolaridade	Ceilândia					Cresc Anual	
	15 a 17	18 a 24	25 a 29	Total Jovens	Pop. Total	Jovens	Total
Ceilândia	20.362	60.331	47.581	128.274	406.269	1,15	2,59
Sem Declaração	-	26	138	164	51.726		-4,49
Analfabeto	112	497	578	1.187	18.963	-0,03	6,46
Sem Escolaridade	-	-	-	-	19.705		5,45
Ensino Fundamental Incompleto	7.969	11.040	9.909	28.918	127.568	-8,18	0,49

Ensino Fundamental Completo	4.737	6.734	5.046	16.517	39.454	0,35	2,13
Ensino Médio Incompleto	6.524	9.565	4.718	20.807	29.792	-0,16	0,65
Ensino Médio Completo	943	27.192	21.359	49.494	97.622	3,19	5,88
Ensino Superior Incompleto	77	4.011	2.703	6.791	9.985	5,74	6,48
Ensino Superior Completo	-	1.265	3.131	4.396	11.453	11,48	10,99

Pesquisa de Emprego e Desemprego – DF. Convênio: SEDEST-GDF/DIEESE/FSEADE-SP, 2006. Elaboração: Projeto EJA, a partir de tabulação especial DIEESE.

Reduziu-se também, a parcela dos jovens que não tinham o ensino médio completo, de 52% do total para 45% no período, e por isso observou-se um crescimento dos que têm o ensino superior ou o cursavam.

Quadro 5: População de jovens e população total na Ceilândia por nível de escolaridade, em 2010

Escolaridade	Ceilândia				
	15 a 17	18 a 24	25 a 29	Total Jovens	Pop. Total
Ceilândia	22.034	53.362	44.896	120.292	442.781
Sem Declaração	-	(1)	(1)	(1)	38.236
Analfabeto	(1)	(1)	(1)	(1)	25.122
Sem Escolaridade	-	-	-	-	23.996
Ensino Fundamental Incompleto	6.928	6.165	5.867	18.960	125.196
Ensino Fundamental Completo	7.360	5.681	(1)	16.951	44.245
Ensino Médio Incompleto	6.665	7.890	(1)	17.723	26.700
Ensino Médio Completo	(1)	24.941	21.659	47.523	117.911
Ensino Superior Incompleto	(1)	6.302	4.538	10.871	18.619
Ensino Superior Completo	-	(1)	5.319	7.327	22.757

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego. Convênio SETRAB-GDF/CODEPLAN/SEADE-SP-DIEESE, 2010. Elaboração: Projeto PROEJA, a partir de tabulação especial DIEESE.

(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Os dados anteriores mostraram que está aumentando a escolaridade da população da Ceilândia, entretanto, um contingente de jovens estimado em mais de 25 mil e que já deveriam ter concluído o ensino médio têm até o ensino fundamental completo. É bom destacar que as matrículas de EJA na região não chegaram a 10 mil no ano de 2010. Ou seja, ainda que tenha havido um crescimento no número de jovens, que cursam o ensino superior ou que o concluíram, podemos observar no quadro a seguir, que ocorreu um distanciamento dos jovens que tinham escolaridade inferior ao ensino superior. Houve uma diminuição dos jovens que cursavam o ensino médio e um aumento dos que se declararam analfabetos. Considerando as informações não declaradas, entre o total da população, 25 mil pessoas estão nessa condição, o equivalente a 12% do Distrito Federal e onde na Ceilândia o crescimento nessa categoria foi superior ao DF, de 32% a 28%, respectivamente.

Os dados do Quadro-6 mostram a queda dos níveis de escolaridade da população com menos anos de estudo e o aumento da população com mais anos de escolaridade. Observa-se que o crescimento da evolução relativa anual dos anos de escolaridade, particularmente a partir do ensino médio, foram superiores na Ceilândia do que no conjunto do Distrito Federal.

Quadro 6: Evolução relativa da população de jovens e população total da Região de Ceilândia por nível de escolaridade, entre 2006 e 2010

Escolaridade	Ceilândia					Cresc Anual	
	15 a 17	18 a 24	25 a 29	Jovens	Total	Jovens	Total
Total	8,21	-11,55	-5,64	-6,22	8,99	-1,59	2,17
Sem Declaração	-	(1)	(1)	(1)	-26,08	(1)	-7,28
Analfabeto	(1)	(1)	(1)	(1)	32,48	(1)	7,28
Sem Escolaridade	(1)	(1)	-	(1)	21,77	-	5,05
Ensino Fundamental Incompleto	-13,06	-44,16	-40,79	-34,44	-1,86	-10,02	-0,47
Ensino Fundamental Completo	55,37	-15,64	(1)	2,63	12,14	0,65	2,91
Ensino Médio Incompleto	2,15	-17,51	(1)	-14,82	-10,38	-3,93	-2,70
Ensino Médio Completo	-100,11	-8,28	1,40	-3,98	20,78	-1,01	4,83
Ensino Superior Incompleto	(1)	57,14	67,87	60,09	86,48	12,48	16,86
Ensino Superior Completo	(1)	(1)	69,86	66,68	98,70	13,62	18,73

Pesquisa de Emprego e Desemprego. Convênio: SETRAB-GDF/CODEPLAN/SEADE-SP-DIEESE, 2010. Elaboração: Projeto PROEJA, a partir de tabulação especial DIEESE.

(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Na distribuição por gênero, a proporção entre homens e mulheres não teve alteração entre o período de 2006 a 2010. A maioria de jovens eram mulheres, 53% contra 47% de homens, a mesma proporção encontrada na população do Distrito Federal. A proporção de desempregados jovens entre o total de desempregados atinge 2 em cada 3 jovens.

Os dados dos quadros a seguir mostram, entre a população jovem, como está distribuída a sua condição de atividade. Em termos percentuais não há muita distinção entre os dados de Ceilândia e os dados para o conjunto do Distrito Federal, o fato de representar quase 1/5 da população do DF imprime uma tendência que se espalha para o conjunto da população. Essa tendência se observa tanto no ano de 2006 como no ano de 2010.

Quadro 7: População de jovens e total da população no Distrito Federal, segundo condição de atividade de 2006

Regiões Administrativas	Distrito Federal				
	15 a 17	18 a 24	25 a 29	Total Jovens	Pop. Total
Distrito Federal	122.920	350.968	236.064	709.953	2.298.531
Só estuda	72.113	36.516	5.206	113.835	310.527
Estuda e trabalha	12.236	59.022	27.188	98.447	146.265
Estuda e procura trabalho	24.403	33.632	5.689	63.724	72.340
Só trabalha	3.244	130.958	140.546	274.748	864.683
Só procura trabalho	4.156	55.817	32.185	92.157	161.444
Só afazeres domésticos	905	13.192	13.330	27.427	129.682
Outros	5.863	21.831	11.920	39.615	613.590

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego – DF. Convênio: SEDEST-GDF/DIEESE/FSEADE-SP, 2006. Elaboração: Projeto EJA, a partir de tabulação especial DIEESE.

Quadro 8: População de jovens e total da população na Região de Ceilândia, segundo condição e atividade 2006

Regiões Administrativas	Distrito Federal				
	15 a 17	18 a 24	25 a 29	Total Jovens	Pop. Total
Ceilândia	20.362	60.331	47.581	128.274	406.269
Só estuda	10.210	3.673	574	14.456	49.189
Estuda e trabalha	2.766	7.938	4.309	15.013	21.402
Estuda e procura trabalho	4.788	4.658	894	10.340	11.841
Só trabalha	866	25.585	29.448	55.899	150.362
Só procura trabalho	948	10.750	6.440	18.139	30.648
Só afazeres domésticos	100	3.306	3.329	6.736	28.082
Outros	683	4.420	2.587	7.691	114.744

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego – DF. Convênio: SEDEST-GDF/DIEESE/FSEADE-SP, 2006. Elaboração: Projeto EJA, a partir de tabulação especial DIEESE.

Observam-se pequenas variações na distribuição da população no ano de 2006 em relação ao ano de 2010. A principal alteração significativa está na condição de *somente trabalha*, onde, em Ceilândia, há uma concentração maior da população jovem nessa situação em relação ao Distrito Federal como um todo. Entretanto, são nas variações entre 2006 e 2010, que se observam alterações significativas. A principal delas está na condição de *estuda e trabalha*, onde foi mais acentuado o crescimento nessa atividade na Ceilândia do que no DF. Houve redução significativa na condição de *só procura trabalho*, cuja variação foi negativa em 30% em Ceilândia, ante 24% no DF. Os dados estão retratados nos quadros 11 e 12, a seguir.

Quadro 9: Participação relativa da população total e de jovens no Distrito Federal, segundo condição de atividade, em 2010

Regiões Administrativas	Distrito Federal				
	15 a 17	18 a 24	25 a 29	Total Jovens	Pop. Total
Distrito Federal	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Só estuda	58,75%	12,12%	2,65%	17,13%	13,20%
Estuda e trabalha	11,40%	18,46%	12,01%	14,94%	6,52%
Estuda e procura trabalho	21,34%	7,30%	2,05%	7,97%	2,69%
Só trabalha	(1)	40,21%	62,77%	41,33%	40,98%
Só procura trabalho	(1)	11,98%	10,00%	9,54%	4,82%
Só afazeres domésticos	(1)	3,03%	5,11%	3,36%	5,63%
Outros	(1)	6,90%	5,41%	5,74%	26,16%

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego. Convênio: SETRAB-GDF/CODEPLAN/SEADE-SP-DIEESE, 2010. Elaboração: Projeto PROEJA, a partir de tabulação especial DIEESE.

(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Quadro 10: Participação relativa da população total e de jovens na Região de Ceilândia, segundo condição de atividade, em 2010

Regiões Administrativas	Distrito Federal				
	15 a 17	18 a 24	25 a 29	Total Jovens	Pop. Total
Ceilândia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Só estuda	51,11%	(1)	(1)	13,67%	12,16%
Estuda e trabalha	(1)	15,30%	11,48%	13,66%	6,06%
Estuda e procura trabalho	25,98%	(1)	(1)	8,78%	2,83%
Só trabalha	(1)	45,07%	62,22%	43,58%	39,57%
Só procura trabalho	(1)	11,95%	(1)	9,40%	4,83%
Só afazeres domésticos	(1)	(1)	(1)	4,24%	6,78%
Outros	(1)	(1)	(1)	6,67%	27,77%

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego. Convênio: SETRAB-GDF/CODEPLAN/SEADE-SP-DIEESE, 2010. Elaboração: Projeto PROEJA, a partir de tabulação especial DIEESE.

(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Quadro 11: Variação relativa da população total e de jovens no Distrito Federal, segundo condição de atividade, entre 2006 e 2010

Regiões Administrativas	Distrito Federal				
	15 a 17	18 a 24	25 a 29	Total Jovens	Pop. Total
Distrito Federal	6,84	-1,53	9,22	3,50	10,76
Só estuda	7,00	14,73	31,33	10,60	8,24
Estuda e trabalha	22,40	8,09	13,90	11,47	13,48
Estuda e procura trabalho	14,83	-25,00	-7,07	-8,15	-5,46
Só trabalha	(1)	6,12	15,15	10,53	20,66
Só procura trabalho	(1)	-25,82	-19,91	-23,96	-24,00
Só afazeres domésticos	(1)	-20,65	-1,19	-10,06	10,58
Outros	(1)	9,25	17,07	6,51	8,55

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego. Convênio: SETRAB-GDF/CODEPLAN/SEADE-SP-DIEESE, 2010. Elaboração: Projeto PROEJA, a partir de tabulação especial DIEESE.

(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Quadro 12: Variação relativa da população total e de jovens na Região de Ceilândia, segundo condição de atividade, entre 2006 e 2010

Regiões Administrativas	Ceilândia				
	15 a 17	18 a 24	25 a 29	Total Jovens	Pop. Total
Ceilândia	8,21	-11,55	-5,64	-6,22	8,99
Só estuda	10,31	(1)	(1)	13,78	9,45
Estuda e trabalha	(1)	2,83	19,57	9,49	25,36
Estuda e procura trabalho	19,54	(1)	(1)	2,10	5,84
Só trabalha	(1)	-6,00	-5,14	-6,23	16,53
Só procura trabalho	(1)	-40,66	(1)	-37,66	-30,18
Só afazeres domésticos	(1)	(1)	(1)	-24,21	6,92
Outros	(1)	(1)	(1)	4,26	7,14

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego. Convênio: SETRAB-GDF/CODEPLAN/SEADE-SP-DIEESE, 2010. Elaboração: Projeto PROEJA, a partir de tabulação especial DIEESE.

(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

O que revelam os dados do mercado de trabalho formal do Distrito Federal?

Além de cotejarmos os dados captados pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), que ao realizar uma investigação no domicílio, permite extrair informações importantes sobre a inserção laboral da população, outra fonte importante de dados são os registros administrativos, em particular, a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), administrada pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. Tais registros são oriundos de empresas, públicas ou privadas, que fornecem anualmente informações sobre as características dos seus empregados para satisfazer o pagamento de alguns benefícios, entre eles, o abono salarial. A RAIS, diferentemente da PED alcança apenas os trabalhadores do mercado formal de trabalho e os dados dos estabelecimentos são onde ele se localiza. Particularmente, com a formalização das relações de trabalho e a exigência das empresas apresentarem anualmente tais informações, a cobertura dos registros formais de emprego alcança parcela considerável dos que se encontram inseridos nessa condição.

Uma das questões importantes quando se analisam as possibilidades de emprego no Distrito Federal, que notadamente se concentram no Plano Piloto, é conhecer a atividade empreendedora neste aglomerado. Como podemos observar, quase 2 em cada 3 empregos do Distrito Federal estão no Plano Piloto. A região de Ceilândia, embora represente quase 1/5 da população do DF, concentra em seu território apenas 2,86% dos empregos formais do Distrito Federal.

Tabela 01: Distribuição do emprego formal no Distrito Federal por regiões onde se localizam os estabelecimentos, em 2010

Regiões	Masculino	%	Feminino	%	Total	%
Brasília	440.130	62,83	240.998	60,35	681.128	61,93
Cruzeiro	11.529	1,65	8.805	2,20	20.334	1,85
Guará	79.256	11,31	37.984	9,51	117.240	10,66
Lago Norte	4.038	0,58	3.945	0,99	7.983	0,73
Paranoá	2.085	0,30	2.068	0,52	4.153	0,38
Lago Sul	17.013	2,43	9.248	2,32	26.261	2,39
São Sebastião	3.042	0,43	1.643	0,41	4.685	0,43
Núcleo Bandeirante	12.019	1,72	8.669	2,17	20.688	1,88
Candangolândia	770	0,11	483	0,12	1.253	0,11

PROEJA-Transiente

Riacho Fundo	1.656	0,24	1.379	0,35	3.035	0,28
Taguatinga	60.264	8,60	37.230	9,32	97.494	8,86
Ceilândia	18.825	2,69	12.649	3,17	31.474	2,86
Samambaia	9.530	1,36	6.333	1,59	15.863	1,44
Gama	9.179	1,31	7.456	1,87	16.635	1,51
Santa Maria	2.584	0,37	1.908	0,48	4.492	0,41
Recanto das Emas	6.424	0,92	4.385	1,10	10.809	0,98
Brazlândia	3.672	0,52	2.165	0,54	5.837	0,53
Sobradinho	10.596	1,51	6.803	1,70	17.399	1,58
Planaltina	7.327	1,05	4.651	1,16	11.978	1,09
Ignorado	567	0,08	524	0,13	1.091	0,10
Total	700.506	100,00	399.326	100,00	1.099.832	100,00

Fonte: MTE: RAIS/2010.

Tabela 02: Relação entre a população do Distrito Federal e o número de estabelecimentos geradores de oportunidades de emprego

Regiões	População	Estabelecimentos	Hab/ Estabelecimento
Distrito Federal	2.570.160	114.824	22
Brasília	209.855	34.499	6
Gama	135.723	4.599	30
Taguatinga	361.063	20.660	17
Brazlândia	57.542	1.953	29
Sobradinho	210.119	5.014	42
Planaltina	171.303	3.548	48
Paranoá	53.618	1.641	33
Riacho Fundo	71.854	1.587	45
Núcleo Bandeirante	43.765	2.762	16

Ceilândia	402.729	8.460	48
Guará	142.833	11.404	13
Cruzeiro	81.075	4.295	19
Samambaia	200.874	3.612	56
Candangolândia	15.924	441	36
Recanto das Emas	121.278	2.508	48
Lago Norte	41.627	1.465	28
Lago Sul	29.537	3.293	9
Santa Maria	118.782	1.354	88
São Sebastião	100.659	1.587	63

Fonte: RAIS Estabelecimento/2010, MTE e IBGE para população de 2010.

Em 2005, com base nos dados do Cadastro de Estabelecimentos Empregadores do Ministério do Trabalho e Emprego obteve-se a relação de 1 estabelecimento para cada grupo populacional de 150 habitantes na Ceilândia, enquanto que no Plano Piloto essa relação é de 1 para 10, indicador tido como desejável pela Organização para a Cooperação do Desenvolvimento Econômico (OCDE) nos países desenvolvidos. Isso mostra a pouca opção de inserção ocupacional dos jovens na região da Ceilândia, sendo que a média para o Distrito Federal é de um estabelecimento em cada grupo de 52 pessoas. Os dados da Tabela 02, apurados a partir da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), de 2010, do módulo de estabelecimentos, mostra que houve uma melhora nessa relação, mas ainda demonstram as disparidades que há nas possibilidades de inserção ocupacional no DF. Enquanto no Plano Piloto há uma proporção de 6 habitantes por estabelecimento, na região de Ceilândia essa proporção é multiplicada por 8. Ou seja, há um estabelecimento para cada grupo de 48 pessoas.

Essa realidade do mercado de trabalho também é revelada quando se comparam os contrastes da inserção dos jovens. Enquanto em Ceilândia, por exemplo, somente 13% dos jovens só estudam, no Plano Piloto são 36%. Isso demonstra que os jovens têm de se lançar muito precocemente no mercado de trabalho para poder complementar a renda familiar e quando o fazem, em geral, se submetem a ocupações de baixa qualidade, além de tencionarem a taxa de desemprego e comprometerem a sua formação em detrimento da inserção ocupacional.

Além das poucas opções de inserção ocupacional na região, a maior parte delas é formada por atividades pouco geradoras de postos de trabalho, como é o caso da atividade preponderante na Ceilândia, de oficinas de pequenos reparos de automóveis e motocicletas. Conforme podemos observar na Tabela 03, nada menos do que metade dos estabelecimentos da região giram em torno dessa atividade, que em geral emprega muito pouco. Os dados captados pela PED/DF também corroboram com essa realidade, mostrando que entre os

ocupados da região, 56% estão no setor de serviços. Se adicionarmos também o setor de comércio, temos que 78% estão inseridos em ocupações do setor terciário da economia e com clara tendência de precarização dos postos de trabalho.

Tabela 03: Estabelecimentos, segundo a Classificação Nacional da Atividade Econômica – CNAE, no Distrito Federal e Ceilândia

Seções cnae	Plano Piloto	%	Ceilândia	%
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	7.981	23,13%	4.119	48,69%
Outras atividades de serviços	4.114	11,92%	831	9,82%
Atividades administrativas e serviços complementares	4.158	12,05%	350	4,14%
Alojamento e alimentação	2.212	6,41%	663	7,84%
Atividades profissionais, científicas e técnicas	4.026	11,67%	172	2,03%
Construção	1.540	4,46%	472	5,58%
Saúde humana e serviços sociais	3.151	9,13%	267	3,16%
Informação e comunicação	1.939	5,62%	308	3,64%
Indústrias de transformação	625	1,81%	512	6,05%
Transporte, armazenagem e correio	434	1,26%	318	3,76%
Educação	875	2,54%	203	2,40%
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	1.551	4,50%	57	0,67%
Artes, cultura, esporte e recreação	530	1,54%	103	1,22%
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	358	1,04%	27	0,32%
Atividades imobiliárias	547	1,59%	31	0,37%
Administração pública, defesa e seguridade social	283	0,82%	1	0,01%
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	20	0,06%	20	0,24%
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	59	0,17%	0	0,00%
Serviços domésticos	23	0,07%	5	0,06%
Indústrias extrativas	25	0,07%	1	0,01%
Eleticidade e gás	48	0,14%	0	0,00%
Total	34.499	100,00%	8.460	100,00%

Fonte: RAIS/Estabelecimento, 2010. SPPE/TEM.

Quadro 13: Distribuição dos ocupados na região de Ceilândia, segundo o setor de atividade, em 2010

Regiões Administrativas	Ceilândia				
	15 a 17	18 a 24	25 a 29	Total Jovens	Pop. Total
Ceilândia					
Ocupados	(1)	32.213	33.086	68.856	202.045
Indústria de Transformação	(1)	(1)	(1)	(1)	10.863
Construção Civil	(1)	(1)	(1)	(1)	10.908
Comércio	(1)	9.266	8.630	18.580	43.585
Serviços	(1)	16.888	19.253	38.031	113.352
Administração Pública	(1)	(1)	(1)	6.040	21.507
Outros Setores	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego. Convênio: SETRAB-GDF/CODEPLAN/SEADE-SP-DIEESE, 2010. Elaboração: Projeto PROEJA, a partir de tabulação especial DIEESE.

(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Quadro 14: Distribuição relativa dos ocupados, segundo o setor de atividade

Regiões Administrativas	Ceilândia				
	15 a 17	18 a 24	25 a 29	Total Jovens	Pop. Total
Ceilândia					
Ocupados	(1)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Indústria de Transformação	(1)	(1)	(1)	(1)	5,38%
Construção Civil	(1)	(1)	(1)	(1)	5,40%
Comércio	(1)	28,77%	26,08%	26,98%	21,57%
Serviços	(1)	52,43%	58,19%	55,23%	56,10%
Administração Pública	(1)	(1)	(1)	8,77%	10,64%
Outros Setores	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego. Convênio: SETRAB-GDF/CODEPLAN/SEADE-SP-DIEESE, 2010. Elaboração: Projeto PROEJA, a partir de tabulação especial DIEESE.

(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Os dados do perfil dos estabelecimentos no Plano Piloto e na Região de Ceilândia dão também uma dimensão da enorme diferença entre as oportunidades existentes no coração de Brasília e na região de Ceilândia. As melhores oportunidades de trabalho estão no Plano Piloto, o que força os jovens a se deslocarem da região para conseguirem melhores oportunidades de ocupação. Esse, aliás, é um dos grandes desafios de Brasília. Como gerar empregos de qualidade e em quantidade para proporcionar aos trabalhadores condições de acesso ao mercado de trabalho próximos das suas regiões de habitação, sem necessitar se deslocarem para buscar uma inserção percorrendo enormes distâncias. Uma vez que o transporte público é precário, as vias que ligam as regiões administrativas ao centro da capital têm ficado cada vez mais congestionadas, transformando os deslocamentos, em dificuldades adicionais, uma vez que o tempo necessário elevou-se consideravelmente nos últimos anos.

Entre os estabelecimentos existentes na região de Ceilândia, praticamente a metade desenvolve atividades de manutenção e conserto de carros e motocicletas. Como é uma atividade artesanal, seu potencial de geração de empregos é muito limitado e depende, na maioria das vezes, de uma habilidade desenvolvida em circuitos muito restritos, uma vez que não há na região, escolas técnicas em número significativo que pudessem representar uma ampla oferta de quadros técnicos. São pequenas oficinas familiares, cujo ofício vai sendo repassado um a outro, e que as oportunidades podem estar reproduzindo novas unidades a partir desse núcleo familiar.

A análise por escolaridade dos ocupados no mercado formal de Brasília também demonstra convergência com os dados captados pela PED. Ou seja, há uma valorização da escolaridade média entre os ocupados formais e, por exigência do setor público, um número elevado de ocupados com nível superior.

Tabela 04: Escolaridade dos ocupados por gênero em relações formais de trabalho no Distrito Federal, em 2010

Escolaridade	Masculino	%	Feminino	%	Total	%
Analfabeto	2.048	0,29	457	0,11	2.505	0,23
Fundamental Incompleto	73.675	10,52	18.675	4,68	92.350	8,40
Fundamental Completo	126.443	18,05	29.992	7,51	156.435	14,22
Médio Incompleto	46.090	6,58	22.722	5,69	68.812	6,26
Médio Completo	282.194	40,28	166.309	41,65	448.503	40,78
Superior Incompleto	21.663	3,09	23.995	6,01	45.658	4,15
Superior Completo	143.866	20,54	133.571	33,45	277.437	25,23
Mestrado Completo	3.516	0,50	3.005	0,75	6.521	0,59
Doutorado Completo	1.011	0,14	600	0,15	1.611	0,15
Total	700.506	100,00	399.326	100,00	1.099.832	100,00

Fonte: RAIS/MTE, 2010.

Tabela 05: Variação absoluta e variação relativa dos ocupados com registros formais entre 2007 e 2010

Escolaridade	Masculino	%	Feminino	%	Total	%
Analfabeto	231	12,71	-45	-8,96	186	8,02
Fundamental Incompleto	-1.636	-2,17	-3.742	-16,69	-5.378	-5,50
Fundamental Completo	15.264	13,73	-946	-3,06	14.318	10,07
Médio Incompleto	7.593	19,72	4.184	22,57	11.777	20,65
Médio Completo	49.620	21,34	30.381	22,35	80.001	21,71
Superior Incompleto	591	2,80	603	2,58	1.194	2,69
Superior Completo	24.274	20,30	25.828	23,97	50.102	22,04
Mestrado Completo	1.231	53,87	1.272	73,40	2.503	62,29
Doutorado Completo	287	39,64	178	42,18	465	40,58
Total	97.455	16,16	57.713	16,89	155.168	16,43

Fonte: RAIS/MTE, 2010 e 2007

Observa-se que 83% dos novos postos gerados nesse período o foram para trabalhadores com ensino médio e ensino superior completo. E é preponderante a presença de trabalhadores masculinos. Diferente do conjunto da população, onde 53% são mulheres, no mercado de trabalho formal do DF, prevalecem os homens. Nada menos do que 2 em cada 3 vínculos de emprego pertencem a trabalhadores do sexo masculino. Esse fato é influenciado pelos vínculos da administração pública, onde os homens absorvem 145 mil postos a mais do que as mulheres. Isso é quase 10 pontos percentuais a mais em relação aos dados do mercado de trabalho formal no Brasil, onde tínhamos, em 2010, 25,7 milhões de homens (58%), contra 18,3 milhões de mulheres (42%) ocupados, perfazendo um total de 44 milhões de registros. Mesmo nos níveis de escolaridade mais elevados as mulheres são minoria frente aos homens, diferente do que se observa no conjunto da população.

Tabela 06: Distribuição do emprego por setores de atividade e gênero, em 2010

Setores	Masculino	%	Feminino	%	Total	%
Extrativa mineral	340	80,76	81	19,24	421	0,04
Industria de transformacao	24.931	68,69	11.363	31,31	36.294	3,30
Servicos industr de utilidade publica	4.562	79,64	1.166	20,36	5.728	0,52
Construcao civil	57.103	90,24	6.178	9,76	63.281	5,75
Comercio	96.354	58,81	67.476	41,19	163.830	14,90
Servicos	231.833	56,60	177.774	43,40	409.607	37,24
Administracao publica	279.969	67,61	134.132	32,39	414.101	37,65
Agropecuaria, extr vegetal, caca e pesca	5.414	82,40	1.156	17,60	6.570	0,60
Total	700.506	63,69	399.326	36,31	1.099.832	100,00

Fonte: RAIS/MTE, 2010.

Possibilidades de articulação das políticas de emprego e de educação na região de Ceilândia

A existência de um serviço público de acolhimento ao trabalhador que sai do mercado de trabalho é importante instrumento para aproximar o trabalhador de um novo posto de trabalho, ou de encaminhá-lo para cursos de qualificação profissional. Essa é a missão delegada aos mais de 1.500 Postos do Sistema Nacional de Emprego (SINE) espalhados pelo Brasil, a partir de 1975, com a criação do SINE, mas em particular, com o advento da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que criou o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), para financiar não somente os serviços de intermediação, como também para garantir uma fonte segura para o pagamento do seguro-desemprego, durante o período do desemprego e cujo pagamento se estende por até 5 meses. Os Postos do SINE poderiam ser uma das estratégias para trazer para o ambiente escolar trabalhadores que não completaram a sua escolaridade de base e têm enormes dificuldades de se inserirem por conta do pouco estudo. O PROEJA permitiria a esses trabalhadores vincularem sua escolaridade com o aprendizado profissional.

Os dados da Tabela 07 mostram a afluência dos trabalhadores aos postos de atendimento, cujo nome no Distrito Federal é *Agências do Trabalhador*. Conforme a localização de tais agências, nas diversas regiões administrativas do Distrito Federal, observa-se em linhas gerais, o baixo aproveitamento das vagas em relação aos inscritos. Em boa parte se atribui à baixa qualificação dos trabalhadores o não preenchimento dessas vagas. Entretanto, as *Agências do Trabalhador* são locais para onde acorrem trabalhadores, em geral, que não conseguiram se inserir em um novo emprego por outros meios.

Tabela 07: Desempenho dos Postos de Atendimento ao Trabalhador no Distrito Federal na captação de vagas e encaminhamentos a novo emprego, em 2010

Nome Posto Atendimento	Qtd Inscritos	Qtd Vagas Oferecidas	Qtd Encaminhados	Qtd Colocados	% Insc/Coloc
Plano Piloto	13.840	4.427	7.320	2.008	14,51
Taguatinga	12.576	5.365	7.806	1.739	13,83
Ceilandia	11.355	2.541	9.296	1.382	12,17
Gama	5.693	481	3.931	685	12,03
Planaltina	5.477	869	3.490	811	14,81
Samambaia	5.647	1.146	6.977	866	15,34
Brazlandia	2.276	410	1.479	399	17,53
Asa Norte	13.459	2.863	228	143	1,06
Sao Sebastiao	3.832	1.390	3.960	1.033	26,96
Recanto das Emas	4.261	502	5.142	751	17,62

Santa Maria	3.867	1.314	4.820	387	10,01
P Sul	2.361	284	4.889	564	23,89
Paranoa	3.135	880	3.411	554	17,67
Riacho Fundo	2.155	215	1.508	207	9,61
Sobradinho	3.465	779	4.178	649	18,73
Guará	4.740	953	1.966	511	10,78
Candangolândia	1.102	346	950	205	18,60
Total	99.241	24.765	71.351	12.894	12,99

Fonte: Base de Gestão MTE/Datamec.

OBS: As vagas oferecidas referem-se ao período de Janeiro a Outubro de 2010.

Os dados da tabela anterior mostram que apenas 14% dos que se inscrevem num Posto do SINE obtêm uma nova vaga. Observa-se que um contingente considerável de trabalhadores frequentou, no ano de 2010, as agências de emprego. Considerando-se que a maior parte das vagas no mercado de trabalho são preenchidas por outras formas de recrutamento e que as empresas, em geral, não publicizam as suas demandas, o contingente de quase 100 mil pessoas que se inscreveu, se considerarmos apenas os que têm os vínculos formais, equivale a 20% dos trabalhadores, mas ainda assim é apenas um pouco mais da metade dos que receberam o pagamento do seguro-desemprego no ano de 2010, conforme os dados da tabela a seguir.

Tabela 08: Número de beneficiários do seguro-desemprego por local de habilitação do pedido, em 2010

Posto de Credenciamento	Beneficiários	Posto de Credenciamento	Beneficiários
Asa Norte	13.510	Paranoa	3.625
Asa Sul	6.228	Planaltina	9.993
Brazlândia	3.466	Samambaia	9.818
Caandangolandia	917	Santa Maria	6.639
Ceilandia	4.295	Sao Sebastiao	4.111
Ceilandia Norte	20.950	Setor Central	8.176
Gama	6.494	Sobradinho	8.114
Guara I	1.942	Taguatinga	29.113
Guara II	5.358	Ignorado	21.385
N. Bandeirante	3.541		
Total			146.210

Fonte: Base de Gestão MTE/Datamec.

OBS: Os dados estão apresentados como existem na base de dados.

Cabe destacar que os beneficiários do Programa Seguro-Desemprego são potenciais candidatos a frequentarem cursos de qualificação profissional no âmbito do PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego. Dessa forma a articulação das escolas técnicas e, particularmente, as que oferecem a EJA, integradas à modalidade de educação profissional, como é o caso da ETC, podem ter melhores resultados na absorção de trabalhadores que buscam a escola para melhorar seus conhecimentos, se souberem se integrar com outras políticas públicas, e podem contribuir sobremaneira para aumentar a sua eficácia.

Considerações finais

Os dados do Censo Escolar de 2006 já refletiam a baixa oferta de educação profissional no Distrito Federal. De um total de 516.014 matrículas da rede pública captadas pelo Censo, apenas 3.545 eram na modalidade de educação profissional, ou seja, 0,7% e, ainda, essas matrículas são de educandos que já possuíam o ensino médio ou estavam cursando o segundo ou terceiro ano do ensino médio, uma vez que estas escolas somente emitem a habilitação de técnico quando o educando comprovar a conclusão do ensino médio. Portanto, não há integração ainda entre as modalidades de EJA e de educação profissional no Distrito Federal. A tentativa iniciada pelo PROEJA-TransiarTE foi uma das primeiras ocorridas no Distrito Federal. Com a chegada do Instituto Federal de Brasília, a partir de 2007, e o acolhimento por parte da nova equipe gestora da Secretaria de Educação do Distrito Federal, a partir de 2011, espera-se que se possa ampliar esse tipo de oferta, além de ampliar as iniciativas que a própria ETC, por si só, iniciou nos últimos anos.

Com o surgimento do PROEJA abriram-se outras possibilidades para a formação de contingente expressivo de trabalhadores que necessitam elevar sua escolaridade. Mesmo que os dados da educação profissional tenham dobrado neste ano de 2011, em relação ao que eram em 2006, ainda está, será muito aquém dos enormes desafios que se apresentam à educação profissional no DF.

A integração com outras políticas públicas podem trazer melhores resultados e atrair para a escola jovens e adultos trabalhadores que necessitam melhorar a sua qualificação profissional para melhorarem suas chances de se inserirem no mundo do trabalho. Conhecer a realidade onde a escola está inserida também contribui para melhorar o foco de ação dos cursos e de atrair os trabalhadores para a escola.

Seguramente, o esforço, até então, isolado da ETC/CEP em conduzir uma experiência de PROEJA, na modalidade a distância, e a contribuição do PROEJA-TransiarTE, poderão constituir em importante estímulo para oferecer à parcela considerável da população do Distrito Federal oportunidades de retornar para a escola e completar a sua formação.

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE, Fernando Roberto P. de C. (2010). O Processo de Transição Demográfica das Regiões Metropolitanas e dos municípios de Manaus, Teresina, Goiânia e Brasília. In: SANTOS, Tais de Freitas; BARBER-MADDEN, Rosemary (orgs.). (2010). *A Juventude Brasileira no Contexto Atual e em Cenário Futuro*. Brasília: UNFPA/SNJ-PR, Caixa Seguros, UnB. P. 68-107.

CASTIONI, Remi. (2010). *Educação no Mundo do Trabalho: qualificação e competências*. São Paulo: Francis; Brasília: Verbena.

DAL Rosso (org.). (2011). *Trabalho na Capital*. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego.

GUIMARÃES, Nadya Araújo. (2009). *Desemprego, uma construção social: São Paulo, Paris e Tóquio*. Belo Horizonte: Argvmentvm.

IPEA. (2011). *Políticas Sociais – acompanhamento e análise*. Brasília: IPEA. Boletim nº 19.

NASCIMENTO, João Kerginaldo Firmino do Nascimento. (2011). *PROEJA no Distrito Federal: analisando caminhos de construção de uma política pública*. IFB: Brasília (Conclusão do Curso de Especialização em PROEJA), dezembro.

NOVAES, Regina. *Juventude e Sociedade: jogos de espelhos. Sentimentos, percepções e demandas por direitos e políticas públicas*. (2007). *Revista Sociologia Especial – Ciência e Vida*. São Paulo, outubro.

POCHMANN, Márcio. (2004). *Educação e Trabalho: como desenvolver uma relação virtuosa?* *Campinas: Educ. Soc., Campinas*, vol. 25, nº 87, p. 383-399, maio/ago.

_____. *O Emprego na Globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. (2001). São Paulo: Boitempo Editorial (Coleção Mundo do Trabalho).

SPOSITO, Marília Pontes. (2003). *Os jovens no Brasil: desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas*. São Paulo: Ação Educativa.